

**UIRAPURU TRANSMISSORA DE
ENERGIA S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
Florianópolis - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

. Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018:

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente auditadas por outros auditores, com o relatório sem modificação, datado de 25 de abril de 2019. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018, apresentadas comparativamente, ainda não foram aprovadas pela assembleia dos acionistas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis (SC), 20 de abril de 2020.



ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018835/O-7-T-SP



MURILO CÉSAR KLEIN
Contador CRC (SC) nº 030755/O-5

Martinelli
AUDITORES

MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2019, em conjunto com as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, as quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Uirapuru Transmissora de Energia S.A. para a sociedade, órgãos fiscalizadores, parceiros e clientes.

CARTA DA DIRETORIA

Transmissão

A origem da Uirapuru data de 2004, quando participou do Leilão 01/2004 da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, na licitação pública para outorga de concessão de novas linhas de transmissão de energia elétrica. Sagrou-se a vencedora do Lote B do Edital, que previa a construção da Linha Ivaiporã - Londrina Circuito 2, no Estado do Paraná, na Região Sul do Brasil.

Em 4 de março de 2005, a Uirapuru assinou o contrato de concessão para a construção, operação e manutenção da referida linha, em 525 kV (quilovolts) de tensão, com extensão aproximada de 120 km de comprimento, segundo circuito, com origem na Subestação de Ivaiporã e término na Subestação de Londrina, utilizando 270 torres para sustentação dos cabos e passando pelo território de 10 municípios paranaenses.

A construção da linha de transmissão foi efetuada ao longo de 2005 e parte de 2006. O início de sua operação comercial deu-se em 9 de julho de 2006.

Desta forma, nasceu a Uirapuru Transmissora de Energia S.A., uma sociedade de propósito específico (SPE) que tem por objeto a administração desta concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica. É formada hoje pela empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e pela ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social.

Em 06 de junho de 2018 foram atendidas todas as condições para a transferência das ações anteriormente pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras. No dia 21 de setembro de 2018, a Eletrobrás publicou o edital 01/2018 referente ao leilão realizado por conta e ordem da mesma, para alienação das participações detidas por ela e suas controladas. O comprador proponente vencedor foi a Copel Geração e Transmissão S.A., Subsidiária Integral da Companhia Paraense Energia – COPEL.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma concessionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz, mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura). Estas soluções permitem que a Uirapuru tenha condições de satisfazer as exigências ANEEL, ONS e condições de relacionamento com os usuários de sua Rede Básica.

Desempenho econômico-financeiro

Demonstraremos abaixo alguns dados do desempenho da Uirapuru no Exercício de 2019. O lucro líquido, de acordo com a contabilidade societária, foi de R\$ 16.507 mil. A receita operacional líquida foi de R\$ 23.116 mil.

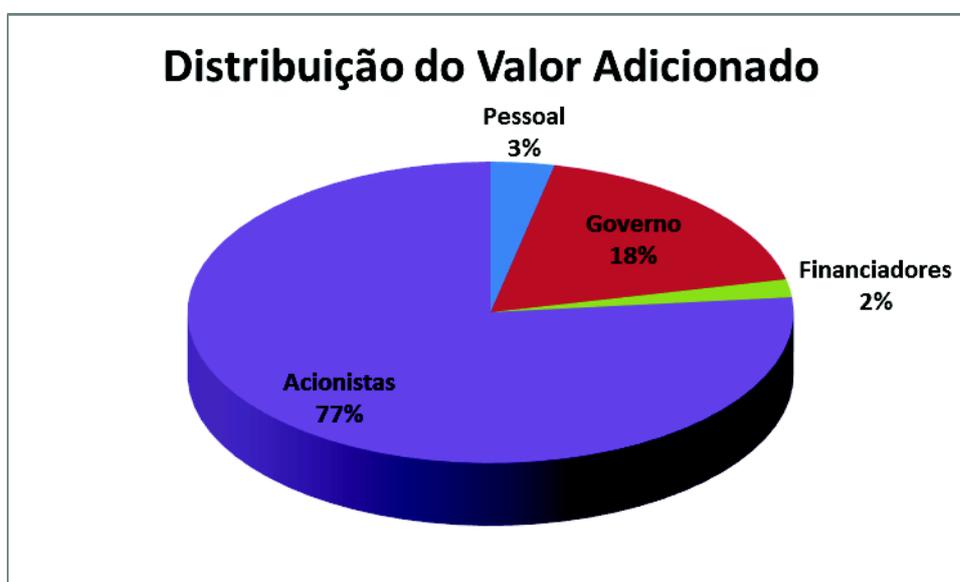
Na contabilidade regulatória o lucro líquido foi de R\$ 21.435 mil, a receita operacional líquida foi de R\$ 30.989 mil.

Destacam-se os custos com:

Natureza dos Gastos	Valor em R\$ mil 2019	
	Saldo Regulatório	Saldo Societário
Serviços de terceiros	4.690	4.690
Depreciação	2.943	-
Outros Custos e Despesas	852	553
Pessoal - Administradores	963	963
Total	10.618	5.928

A rentabilidade do Patrimônio Líquido, na contabilidade societária foi de 24,78%. Na contabilidade regulatória ficou em 25,58%.

Valor Adicionado: Em 2019, o valor adicionado líquido gerado foi de R\$ 21.554 mil, representando 76% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição (contabilidade societária):



Política de Reinvestimento e Distribuição de Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária vigente.

A concessionária constituiu reserva legal no valor de R\$ 825 mil, de forma prevista pela legislação vigente.

Após a destinação dos dividendos e constituição da reserva legal, o restante do lucro líquido do exercício foi transferido para Reserva de Retenção de Lucros.

Os dividendos adicionais podem ser distribuídos conforme aprovação da AGO.

Composição Acionária: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Concessionária era de R\$ 40.000 mil, composto por 40.000 mil ações ordinárias com valor de R\$ 1 cada, conforme quadro acionário:

	31.12.2019		
	Quantidade de ações	% do capital social	Valor
COPEL Geração e Transmissão S.A.	40.000.000	100%	40.000.000
	40.000.000	100%	40.000.000

31.12.2018

	Quantidade de ações	% do capital social	Valor
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	30.000.000	75%	30.000.000
ELOS - Fundação Eletrosul de Previd. e Assist. Social	10.000.000	25%	10.000.000
	<u>40.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>40.000.000</u>

Em 06 de junho de 2018 foram atendidas todas as condições para a transferência das ações anteriormente pertencentes a Eletrosul Centrais Elétricas para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras. No dia 21 de setembro de 2018, a Eletrobrás publicou o edital 01/2018 referente ao leilão realizado por conta e ordem da mesma, para alienação das participações detidas por ela e suas controladas. O comprador proponente vencedor foi a Copel Geração e Transmissão S.A., Subsidiária Integral da Companhia Paraense Energia – COPEL.

Gestão

Em 2019 sua receita operacional bruta foi de R\$ 25.591 mil e receita operacional líquida foi de R\$ 23.116 mil:

Financeiros

	Saldo Regulatório	Saldo Societário
Receita operacional bruta (R\$ mil)	33.462	25.591
Receita operacional líquida (R\$ mil)	30.988	23.116
Margem operacional de serviço líquida (%)	69,17	71,41
EBITDA OU LAJIDA	25.060	17.188
Lucro Líquido (R\$ mil)	21.436	16.507
Lucro Líquido por lote de mil ações	0,5359	0,4127
Patrimônio líquido (R\$ mil)	83.816	66.602
Valor patrimonial do lote de mil ações	1	1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	25,57	24,78
Endividamento do patrimônio líquido (%)	-19,53	-11,55
Em moeda nacional (%)	100	100
Em moeda estrangeira (%)	-	-

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

A administração.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2019	31.12.2018	Passivo	Nota	31.12.2019	31.12.2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	16.367	1.999	Fornecedores	9	-	166
Contas a receber - concessionárias e permissionárias	7	3.021	3.030	Partes relacionadas	13	-	264
Ativo de contrato amortizado pela RAP	8	8.177	12.533	Tributos e contribuições sociais	11	414	364
Serviços em curso	12	933	933	Dividendos a pagar	10	6.344	5.868
Despesas Pagas Antecipadamente		-	3	Taxas regulamentares	12	1.544	1.489
Outros ativos circulantes		17	63	Outros passivos		371	400
		<u>28.515</u>	<u>18.561</u>			<u>8.673</u>	<u>8.551</u>
Não circulante				Não circulante			
Ativo de contrato amortizável pela RAP	8	36.475	39.631	Partes relacionadas	13	-	5.911
Ativo de contrato indenizável	8	10.285	10.285			-	5.911
		<u>46.760</u>	<u>49.916</u>	Patrimônio Líquido			
				Capital social	14 a	40.000	40.000
				Reserva legal	14 b	6.788	5.963
				Reserva de retenção de lucros	14 b	11.189	8.052
				Dividendos adicionais propostos	10	8.625	-
						<u>66.602</u>	<u>54.015</u>
Total do ativo		<u>75.275</u>	<u>68.477</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>75.275</u>	<u>68.477</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Receita operacional líquida	15	<u>23.116</u>	<u>17.086</u>
Custo do serviço			
Pessoal e administradores		(40)	(196)
Serviços de terceiros		(3.767)	(3.760)
Seguros		(3)	(5)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		155	(74)
Provisão ajuste de indisponibilidade de linha		(25)	(13)
Outros custos		<u>(314)</u>	<u>(310)</u>
Lucro bruto		<u>19.122</u>	<u>12.728</u>
Despesa operacional			
Pessoal e administradores		(923)	(852)
Serviços de terceiros		(346)	(376)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas		<u>(665)</u>	<u>(151)</u>
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		<u>17.188</u>	<u>11.349</u>
Resultado financeiro líquido	16	<u>513</u>	<u>(47)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>17.701</u>	<u>11.302</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes			
Imposto de renda	11	(783)	(722)
Contribuição social	11	<u>(411)</u>	<u>(375)</u>
		<u>(1.194)</u>	<u>(1.097)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>16.507</u></u>	<u><u>10.205</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Lucro líquido do exercício	<u>16.507</u>	<u>10.205</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>16.507</u></u>	<u><u>10.205</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social realizado	Reservas de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2017	<u>40.000</u>	<u>5.453</u>	<u>18.901</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>64.354</u>
Efeitos da adoção inicial ao CPC 47 (vide nota 4.2)	-	-	781	-	-	781
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.205	10.205
Dividendo obrigatório (nota 10)	-	-	-	-	(2.424)	(2.424)
Dividendos propostos (nota 10)	-	-	(18.901)	-	-	(18.901)
Destinação para reservas	-	510	7.271	-	(7.781)	-
Em 31 de dezembro de 2018	<u>40.000</u>	<u>5.963</u>	<u>8.052</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54.015</u>
Dividendos adicionais (nota 9)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.507	16.507
Dividendo obrigatório (nota 10)	-	-	-	-	(3.920)	(3.920)
Dividendos propostos (nota 10)	-	-	-	8.625	(8.625)	-
Destinação para reservas	-	825	3.137	-	(3.962)	-
Em 31 de dezembro de 2019	<u>40.000</u>	<u>6.788</u>	<u>11.189</u>	<u>8.625</u>	<u>-</u>	<u>66.602</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	01.01 a 31.12.2019	01.01 a 31.12.2018
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		17.701	11.302
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações			
Variação cambial e variação monetária, líquido	16	-	56
Encargos financeiros	16	-	620
Remuneração de ativos e O&M	8	(25.591)	(19.352)
Amortização - RBSE	8	33.462	29.248
Provisão ajuste de indisponibilidade de linha		25	13
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(155)	74
		<u>7.741</u>	<u>10.659</u>
(Acréscimo)/decréscimo nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		164	1
Fundos vinculados		-	3.071
Serviços em curso		-	(14)
Outros ativos circulantes e não circulantes		49	88
		<u>213</u>	<u>3.146</u>
Acréscimo/(decréscimo) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(166)	149
Tributos e contribuições sociais		(220)	(250)
Taxas regulamentares		55	126
Partes relacionadas		(6.175)	278
Outros passivos e contas a pagar		(54)	(114)
		<u>(6.560)</u>	<u>189</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>19.095</u>	<u>25.296</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(924)	(908)
Pagamento de juros		-	(471)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		<u>18.171</u>	<u>23.917</u>
Atividades de investimento			
Adições ao ativo de contrato	8	(359)	(2.995)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(359)</u>	<u>(2.995)</u>
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal		-	(8.288)
Pagamento de dividendos aos acionistas	11	(3.444)	(19.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(3.444)</u>	<u>(27.288)</u>
Variação			
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		14.368	(6.366)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.999	8.365
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		16.367	1.999

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Uirapuru Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade de capital privado, constituída em 16 de agosto de 2004, e que tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, a construção, a operação e a manutenção de instalações de transmissão, compostas pela linha de transmissão em 525 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 120 km (cento e vinte quilômetros), com origem na Subestação Ivaiporã e término na Subestação Londrina, ambas localizadas no Estado do Paraná; e pelas respectivas entradas de linha e demais instalações, necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no Contrato de Concessão nº 002/2005, na legislação e nos regulamentos aplicáveis.

A construção da linha de transmissão foi efetuada ao longo dos exercícios de 2005 e 2006, tendo o início da operação comercial em 9 de julho de 2006.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2005 - ANEEL, datado de 4 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, na manutenção e na operação da linha de transmissão 525 kV, com extensão aproximada de 120 km, segundo circuito, com origem na Subestação Ivaiporã e término na Subestação Londrina, ambas localizadas no Estado do Paraná, pelas respectivas entradas de linha e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando estas não conflitam com as do CPC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria 17 de abril de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto fundos vinculados que estão a valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes e caixa, clientes, empréstimos e financiamentos, e outras contas a receber e a pagar.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 e adotados pela Companhia a partir de 01 de janeiro de 2018.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem gerar exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR): os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor (vide nota explicativa nº 6).

c. Contas a receber - Concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

d. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação conforme o CPC 27 (Ativo Imobilizado). Os ativos das concessões de transmissão foram reconhecidos na contabilidade societária, até 2017, como ativo financeiro, conforme a ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e a partir de 1º de janeiro de 2018, passaram a ser reconhecidos no balanço como ativo contratual, com a adoção do CPC 47 (vide nota explicativa nº 9), ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restrita à escrituração exigida pelo órgão regulador.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte do custo desses ativos.

e. Redução ao valor recuperável de ativos (ativos financeiros e não financeiros)

Os ativos financeiros, imobilizados e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para verificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quanto esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

f. Fornecedores

A conta fornecedores registra valores a pagar com base em notas fiscais de aquisição, faturas recebidas e medições de obras.

g. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias devem ser registrados no passivo circulante (vide nota explicativa nº 15).

h. Taxas regulamentares

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica (vide nota explicativa nº 13).

i. Concessões

Com emissão do CPC 47, vigente a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia julgou adequado, em razão, principalmente, das condições estabelecidas para os recebimentos gerados pelos seus contratos de transmissão de energia elétrica, que a contabilização desses contratos seja efetuada de acordo com os critérios determinados por essa nova norma.

Antes da adoção do CPC 47, a Companhia classificava a infraestrutura de transmissão como ativo financeiro, com base no ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, e mensurava a custo amortizado.

De acordo com o CPC 47, os direitos originados pelo cumprimento das obrigações de desempenho estabelecidas contratualmente, que não sejam incondicionais, devem ser classificados como ativo de contrato.

Em razão das condicionantes impostas pela ANEEL para os recebimentos dos direitos gerados pelos contratos de transmissão de energia elétrica, a Companhia passou a classificar esses ativos na rubrica ativo contratual.

Além da alteração na classificação dos ativos de transmissão de energia elétrica, foi alterado, também, o processo de determinação dos valores das receitas relativas aos contratos de transmissão. A partir de 01 de janeiro de 2018, as receitas de construção e de operação e manutenção, que antes eram registradas com base nos custos incorridos e com margem zero, agora estão sendo contabilizadas com base no custo projetado acrescido de margem projetada.

As margens projetadas são obtidas pelas diferenças entre os custos projetados para a construção, operação e manutenção e o valor presente da projeção dos recebimentos futuros que a ANEEL determina: Receita Anual Permitida – RAP e a projeção da indenização dos bens reversíveis no final da concessão (vide nota explicativa nº 9).

j. Receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. Em outras situações, as receitas e despesas são estimadas e provisionadas conforme a melhor estimativa tendo como base critérios uniformes e regulares.

A receita de transmissão é reconhecida com base no CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (vide nota explicativa nº 16).

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos (vide nota explicativa nº 17).

k. Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018).

l. Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base na receita presumida do exercício (“lucro presumido”).

m. Demonstração do valor adicionado - DVA

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação adicional.

4.1 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 06(R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (Leases)

O CPC 06(R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Destaca-se que esse novo Pronunciamento não se restringe aos arrendamentos mercantis, ele inclui todos os tipos de contrato em que, dentro de certas condições, se transfere o direito de uso de um ativo, como, por exemplo, aluguéis. Portanto, para efeitos do CPC 06 (R2), o contrato é, ou contém, arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca contraprestação.

(i) Transição:

Como arrendatária, a Companhia pode aplicar um regime de transição para adoção a norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, aplicando inicialmente os efeitos de adoção inicial da norma como ajustes ao saldo de abertura de lucros acumulados sem a reapresentação das informações comparativas.

A Companhia pretende aplicar o expediente prático que permite a não aplicação da nova norma CPC 06(R2) para contratos que não foram anteriormente classificados como leasing de acordo com a antiga norma CPC 06. Para os contratos de arrendamento anteriormente classificados como arrendamento operacional (de acordo com a norma anterior - CPC 06), os ativos e passivos serão reconhecidos na data da aplicação inicial de acordo com o CPC 06 (R2), considerando:

- O passivo mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário e;

- O ativo mensurado ao valor equivalente ao passivo de arrendamento ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

A Companhia pretende ainda aplicar isenções para arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamento para os quais o prazo se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial, bem como isenções para itens cujo ativo subjacente é de baixo valor, como por exemplo, mobiliários de escritório, telefones e computadores pessoais.

Além disso, a Companhia pretende adotar uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar).

5 Gestão de risco financeiro e instrumentos financeiros

n. Fatores de risco financeiro

(i) *Risco de crédito*

A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica, com cláusula de garantia bancária.

(ii) *Risco de liquidez*

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou as cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa, não descontados dos desembolsos relevantes contratados.

(iii) *Risco de taxa de juros*

A atualização dos contratos de financiamento estava vinculada à variação da TJLP e cesta de moedas.

O saldo devedor dos financiamentos obtidos pela Companhia sofria incidência de juros à taxa efetiva de 4,5% ao ano, calculados por dias corridos, exigidos mensalmente.

O saldo devedor foi quitado, antecipadamente, em outubro de 2018.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Índices - Ativo	Saldo	Exposição	Redução despesa financeira - 12 meses		Aumento despesa financeira - 12 meses		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Aplicações financeiras	16.552	CDI 4,38%	362	543	725	906	1.087

(iv) Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros do Grupo por categoria em cada uma das datas apresentadas:

31.12.2019			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.367	16.367
Concessionárias e permissionárias	-	3.021	3.021
	-	19.388	19.388
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Outros passivos		371	371
		371	371
31.12.2018			
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.999	1.999
Concessionárias e permissionárias	-	3.030	3.030
	-	5.029	5.029
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Fornecedores		166	166
Partes relacionadas		6.175	6.175
Outros passivos		400	400
		6.741	6.741

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos	16	1.848
Aplicações Financeiras (a)	16.552	151
Cheques emitidos	(201)	-
	16.367	1.999

a. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a CDB Flex Empresarial da CEF – Caixa Econômica Federal SA, com rentabilidade 98,3% do CDI, de liquidez imediata e renda fixa.

7 Contas a receber - Concessionárias e permissionárias

	31.12.2019				31.12.2018	
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos entre 91 e 360 dias	Vencidos mais de 360 dias	Total	Total
Furnas Centrais Elétricas S.A.	77	-	-	-	77	101
Chesf - Cia. Hidrelétrica do São Francisco	97	-	-	-	97	97
Eletropaulo Metropolitana Eletr. de SP	144	-	-	-	144	148
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	16
Cemig Distribuição S.A.	164	-	-	-	164	196
Light Serviços de Eletricidade S.A.	84	-	-	-	84	117
Amazonas	24	-	9	-	33	173
Copel - Geração	484	-	-	-	484	60
Copel - Distribuição	1.015	-	-	-	1.015	83
Outros	801	89	33	329	1.252	2.524
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(329)	(329)	(485)
	<u>2.890</u>	<u>89</u>	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>3.021</u>	<u>3.030</u>

Contas a receber de concessionárias e permissionárias são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizados pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

8 Ativo de Contrato de Transmissão – Concessão

A Companhia possui um contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2005 - Aneel, datado de 4 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), no qual foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia são apresentados de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e normas da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia possui o ativo de contrato amortizável pela Receita Anual Permitida (RAP), que é atualizado pela receita financeira e amortizado pela receita definida pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), dos usuários do sistema, descontada da receita de operação e manutenção. Este montante está segregado entre ativo circulante e ativo não circulante e o montante indenizável ao final da concessão.

Abaixo é representada a movimentação do ativo contratual nos períodos em questão:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Ativo Contratual Circulante		
Ativo de concessão indenizável	8.177	12.533
Subtotal	<u>8.177</u>	<u>12.533</u>
Ativo Contratual Não Circulante		
Ativo de concessão amortizável pela RAP	36.475	39.631
Ativo de concessão indenizável	10.285	10.285
Subtotal	<u>46.760</u>	<u>49.916</u>
Total ativos de concessão	<u>54.937</u>	<u>62.449</u>
Saldo em 31.12.2018 e saldo em 31.12.2017	<u>62.449</u>	<u>68.569</u>
(+) Ajuste exercícios anteriores	-	781
(+) Receita financeira	5.020	5.631
(+) Receita O&M	20.571	13.721
(+) Adições Ativo Contratual	359	2995
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(33.462)	(29.248)
Saldo do ativo financeiro 31.12.2019	<u>54.937</u>	<u>62.449</u>

9 Fornecedores

O saldo dos fornecedores está composto da seguinte forma:

	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Circulante		
Serviços de Operação e Manutenção	-	166
	<u>-</u>	<u>166</u>

Em dezembro de 2019, para facilitar a implantação no sistema SAP, da Copel, os saldos referente aos fornecedores foram baixados através de cheques emitidos.

10 Dividendos a pagar

O saldo dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 é composto pelo saldo dos dividendos destinados no exercício de 2018, que representam os dividendos mínimos obrigatórios (25%), a destinação do saldo de Reserva de Lucros Acumulados, conforme aprovado em Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2018 e adestinação dos dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2019:

	31.12.2019	31.12.2018
Lucro líquido do exercício	16.507	10.205
(-) Reserva legal	<u>(825)</u>	<u>(510)</u>
Base para dividendos	<u>15.682</u>	<u>9.695</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>3.920</u>	<u>2.424</u>
Dividendos adicionais	8.625	18.901
Saldo de dividendos a pagar ano anterior	5.868	3.543
Dividendos pagos	<u>(3.444)</u>	<u>(19.000)</u>
Saldo dos dividendos	<u><u>14.970</u></u>	<u><u>5.868</u></u>
Total de dividendos por ação (em R\$)	0,3742	0,0886

11 Tributos e contribuições sociais

	31.12.2019	31.12.2018
PIS	16	15
COFINS	72	68
CSLL	114	110
IRPJ	212	147
Outros	<u>-</u>	<u>24</u>
	<u><u>414</u></u>	<u><u>364</u></u>

A apuração do IRPJ e da CSLL, com base no lucro presumido, ocorreu da seguinte forma:

	31.12.2019	31.12.2018
IRPJ		
Faturamento - RAP	29.459	28.447
Repasso Conta Desenvolvimento Energético - CDE	1.248	801
Receita não faturada	2.755	-
Base de cálculo 8%	2.677	2.340
Outras receitas	<u>552</u>	<u>655</u>
Base de cálculo	<u>3.229</u>	<u>2.995</u>
15% + 10 %	783	725
(-) Ajuste	<u>-</u>	<u>(3)</u>
Saldo IRPJ	<u><u>783</u></u>	<u><u>722</u></u>
CSLL		
Faturamento - RAP	29.459	28.447
Repasso Conta Desenvolvimento Energético - CDE	1.248	801
Receita não faturada	2.755	-
Base de cálculo 12%	4.016	3.510
Outras receitas	<u>552</u>	<u>655</u>
Base de cálculo	<u>4.568</u>	<u>4.164</u>
CSLL 9%	411	375
Saldo CSLL	<u><u>411</u></u>	<u><u>375</u></u>

12 Taxas regulamentares

	Percentual	Fundamentação	31.12.2019	31.12.2018
Reserva global de reversão	2,6% RB*	Desp. n° 2.565/2019	-	67
Pesquisa e desenvolvimento - FNDCT	0,4% ROL*	Lei n° 10.848/04	-	17
Pesquisa e desenvolvimento - MME	0,2% ROL*	Lei n° 10.848/04	-	8
Pesquisa e desenvolvimento - P & D	0,4% ROL*	Lei n° 10.848/04	1.544	1.387
Taxa de fiscalização - ANEEL	0,45% RB*	Desp. n° 2.004/2019	-	10
			1.544	1.489

(*) RB - Receita bruta e ROL - Receita operacional líquida

Os valores referem-se a encargos do setor elétrico brasileiro, pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

Desde 2014 a Companhia vem investindo em Projetos de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) que estão sendo contratados em conjunto com a Eletrosul. O montante de R\$ 933 foi lançado no ativo circulante, no grupo Serviços em Curso, onde ficará registrado até que o projeto esteja concluído, quando será baixado do saldo do Passivo. O saldo que ainda não é aplicado está sendo corrigido mensalmente pela taxa Selic.

Os encargos de FNDCT (Finep) e MME são provisionados mensalmente e pagos no segundo mês subsequente à competência. Como normalmente são pagos no prazo, não sofrem atualização.

Exepionamente em dezembro de 2019, a fim de facilitar na implantação de saldos no sistema da Copel, estes saldos foram baixados através de cheques emitidos.

13 Partes relacionadas

A Companhia mantém operações de contratos de prestação de serviços de Operação e Manutenção e de manutenção sociopatrimonial com a Eletrosul, parte relacionada até 2018, atualizados anualmente pelo IGP-M, que são lançados mês a mês, de acordo com a competência. Existe também um contrato referente à fase pré-operacional que foi provisionado no passivo não circulante, e é corrigido anualmente.

Na posição 31 de dezembro de 2019 as partes relacionadas são referentes ao grupo Copel, devido a mudança societária da Companhia. Os saldos dos contratos com a Eletrosul são agora considerados na rubrica Fornecedores.

Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 eram os seguintes:

Contas a receber	31.12.2019	31.12.2018
Eletrobrás - Concessionárias e permissionárias	-	2
Furnas - Concessionárias e permissionárias	-	101
CHESF - Concessionárias e permissionárias	-	97
Eletrosul - Concessionárias e permissionárias	-	2
Eletronorte - Concessionárias e permissionárias	-	16
Eletronuclear - Concessionárias e permissionárias	-	15
CGTEE - Concessionárias e permissionárias	-	7
Santa Vitória do Palmar Holding - Concessionárias e permissionárias	-	1
Chuí Holding - Concessionárias e permissionárias	-	1
CEAL - Concessionárias e permissionárias	-	11
Amazonas - Concessionárias e permissionárias	-	169
Copel Geração e Transmissão S.A.	40	-
Copel Distribuição S.A.	88	-
Dona Francisca Energética S.A.	1	-
	129	422
Ativo circulante		

Uirapuru Transmissora de Energia S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Contas a pagar	31.12.2019	31.12.2018
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	6.175
	-	6.175
Passivo circulante	-	264
Passivo não circulante	-	5.911
Resultado	31.12.2019	31.12.2018
Eletrobras	-	1
Furnas	-	413
Chesf	-	551
Eletrosul	-	11
Eletronorte	-	448
Eletronuclear	-	89
Cgtee	-	34
Chuí Ix	-	1
Ceal	-	75
Ceron	-	37
Cepisa	-	112
Boa Vista Energia	-	3
Amazonas Gt	-	24
Amazonas D	-	136
Copel Geração e Transmissão S.A.	484	-
Copel Distribuição S.A.	1.015	-
Dona Francisca Energética S.A.	14	-
Nova Asa Branca I Energia Renováveis S.A	2	-
Nova Asa Branca II Energia Renováveis S.A	2	-
Nova Asa Branca III Energia Renováveis S.A	2	-
Nova Eurus IV Energia Renováveis S.A	-	-
Santa Helena Energia Renováveis	2	-
Ventos de Santo Uriel S.A.	1	-
GE Farol S.A.	1	-
GE Olho D'água S.A.	2	-
GE São Bento do Norte	2	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte I S.A.	1	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte II S.A.	1	-
Central Geradora Eólica São Bento do Norte III S.A.	1	-
Central Geradora Eólica São Miguel I S.A.	1	-
Central Geradora Eólica São Miguel II S.A.	1	-
Central Geradora Eólica São Miguel III S.A.	1	-
Usina de Energia Eólica Guajiru S.A.	3	-
Usina de Energia Eólica Jangada S.A.	1	-
Usina de Energia Eólica Maria Helena S.A.	1	-
Usina de Energia Eólica Esperança do Nordeste S.A.	1	-
Usina de Energia Eólica Paraíso dos Ventos do Nordeste S.A.	1	-
Usina Eólica Reduto S.A	1	-
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A	1	-
Usina de Energia Eólica São João	1	-
	<u>1.543</u>	<u>1.935</u>
Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Compartilhamento das instalações	-	(144)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Serviços de terceiros - O&M	-	(1.680)
	-	(1.824)
	<u>1.543</u>	<u>111</u>

O pessoal-chave da Administração é formado pelos diretores financeiro e técnico, e sua remuneração em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 258 (R\$ 378 em dezembro de 2018).

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado e integralizado é de R\$ 40.000 (idem em 31 de dezembro de 2018), representado por 40.000.000 ações ordinárias nominativas, como segue:

	31.12.2019		
	Quantidade de ações	% do capital social	Valor
COPEL Geração e Transmissão S.A.	40.000.000	100%	40.000
	<u>40.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>40.000</u>

	31.12.2018		
	Quantidade de ações	% do capital social	Valor
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras	30.000.000	75%	30.000
ELOS - Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social	10.000.000	25%	10.000
	<u>40.000.000</u>	<u>100%</u>	<u>40.000</u>

No dia 21 de setembro de 2018, a Eletrobrás publicou o edital 01/2018 referente ao leilão realizado por conta e ordem da mesma, para alienação das participações detidas por ela e suas controladas. O comprador proponente vencedor foi a Companhia Paraense de Energia – COPEL. A transferência das ações foi homologada em 24 de junho de 2019.

b. Reserva legal

O montante de R\$ 6.788 é constituído na forma prevista pelo artigo 193, § 1º, Inciso I da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

c. Reserva de retenção de lucros

Constituída conforme proposta da Administração a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo refere-se à sobra do lucro após destinação obrigatória de 25%, conforme Estatuto. Após AGO esse saldo poderá ser destinado para dividendos.

15 Receita operacional líquida

	31.12.2019	31.12.2018
Receita operacional bruta		
Remuneração de ativos	5.020	5.631
Remuneração de O&M	<u>20.571</u>	<u>13.721</u>
	<u>25.591</u>	<u>19.352</u>
Deduções da receita bruta		
COFINS	(1.004)	(881)
PIS/Pasep	(218)	(192)
Reserva Global de Reversão (RGR)	(817)	(818)
P&D	(316)	(264)
Taxa de Fiscalização	<u>(120)</u>	<u>(111)</u>
	<u>(2.475)</u>	<u>(2.266)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>23.116</u></u>	<u><u>17.086</u></u>

16 Resultado financeiro líquido

	31.12.2019	31.12.2018
Receitas financeiras		
Receita de aplicação	447	600
Variação cambial	-	299
Acrescimos moratórios	139	14
Diferença Contratual - Retenção	<u>-</u>	<u>128</u>
	<u>586</u>	<u>1.041</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	-	(620)
Variação monetária	-	(355)
Perda s/ aplicação financeira	-	(71)
Outras despesas financeiras	<u>(73)</u>	<u>(42)</u>
	<u>(73)</u>	<u>(1.088)</u>
	<u><u>513</u></u>	<u><u>(47)</u></u>

17 Contingências

A Companhia não possui contra si litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 nenhuma provisão e ou divulgação é requerida.

18 Eventos Subsequentes

A respeito do COVID-19, desde 31/12/2019 até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras 17 de abril de 2020, não ocorreram fatos decorrentes que pudessem afetar as Demonstrações Financeiras.

Não obstante, a empresa vem acompanhando a evolução da pandemia no Brasil e no mundo, orientando os colaboradores, adotando procedimentos preventivos quanto ao relacionamento com terceiros, viagens e reuniões, bem como, os efeitos no nosso mercado de atuação até então identificados.

Apesar de haver efetiva preocupação sobre os possíveis efeitos que possam vir a ocorrer, não há, no momento, evidência de que estes eventos possam vir a afetar significativamente a situação financeira e patrimonial da empresa.

Não ocorreram outros eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.